

A COMPANHIA DE JESUS E OS ÍNDIOS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO: A FAZENDA DE MACACU

Aluna: Maria José Barboza
Orientadora: Eunícia B.Barcelos Fernandes

Introdução:

A pesquisa a Companhia de Jesus e os Índios na Capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI, XVII e XVIII foi iniciada em agosto de 2008, desenvolvendo em sua primeira etapa, pesquisa e reflexões sobre o século XVI. A pesquisa pretende sistematizar documentação existente nos arquivos do Rio de Janeiro, bem como reunir e organizar historiografia sobre o tema, notadamente aquela não publicada.

Objetivo

Identificar e sistematizar documentação que versem sobre a Companhia de Jesus e os índios na província do Rio de Janeiro, proporcionando pensar seus papéis no processo colonizador é o objetivo primordial da pesquisa. Entretanto, seus temas foram divididos entre as pesquisadoras da Iniciação Científica e o principal objetivo de minhas atividades tem sido o de identificar e sistematizar dados relativos às fazendas dos jesuítas na capitania, especialmente a Fazenda de Santa Cruz e a Fazenda de Macacu.

Metodologia

Fazendo uso dos levantamentos de obras e teses em bancos de dados nacionais e documentação na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi realizada uma seleção de material para análise dentre os materiais encontrados na Biblioteca Nacional.

O documento selecionado trata-se do “Estromento de Posse das terras de Macacu (1573)” que foi encontrado na seção de manuscrito da Biblioteca Nacional. O documento pertence ao livro de tomo do colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Este documento é referente aos domínios territoriais e patrimoniais da Companhia de Jesus, constando, portanto, de documentos referentes à Fazenda de Macacu, que foi uma importante fazenda da capitania do Rio de Janeiro, por ser produtora de farinha. A doação das terras de Macacu aos padres da Companhia foi realizada em 1571 por Miguel de Moura que tinha sido um secretário do Estado português. Mas a posse das terras só foi efetivada dois anos mais tarde, em 1573.

O documento trás questões relevantes a serem pensadas sobre a sociedade colonizadora, desde referências culturais-que podem ser aferidas de diversos modos, mas que o “auto de posse” das terras exhibe com transparência –aos conflitos existentes entre os colonizadores ou sobre o modo como estes lidam com a terra.

As reflexões que venho empreendendo na análise da documentação privilegiam o “auto de posse”, realizado em 1573 quando o governador e capitão da província do Rio de Janeiro, Cristovão de Barros, deram ao tabelião da capitania, Mestre Vasco, o despacho para que fosse cumprida a doação realizada aos padres da Companhia por Miguel de Moura

A leitura do documento faz parecer que a posse das terras foi realizada sem contradição de pessoa nenhuma, pois entre os ritos e cerimônias que envoviam o auto, havia uma manifestação do proprietário indagando se alguém contestava sua posse. A informação de ausência de contestação faz parecer não haver, portanto, impedimento algum àquela posse. Entretanto, o historiador deve estar atento. Primeiro deve lembrar que aqueles ritos e cerimônias eram formalidades obrigatórias e não necessariamente a exibição da verdade. Além

disso, o historiador deve sempre contrastar sua fonte com outras fontes, não tomando-a como o discurso, mas como UM discurso. Neste caso, inclusive, uma investigação mais detalhada fez ver que a terra estava em questões com os índios e também em conflito com os herdeiros de Baltazar Fernandes, que havia recebido essas mesmas terras em sesmarias numa outra ocasião.

O 'auto de posse' que o documento descreve possui elementos de natureza simbólica, ao mesmo tempo em que institui a posse da terra em categorias inseridas na mentalidade do colonizador, que são as categorias do sagrado e do profano, ainda muito presente no homem moderno. Ao caminhar pelas terras com galhos de árvore, punhado de terra em uma das mãos e lavar as mãos nas águas do rio que banham as terras, o padre Gonçalo de Oliveira, junto com o governador e demais testemunhas realizam o rito que consagra a posse. Depois da caminhada pelas terras não havendo contestação por parte de nenhuma pessoa, a posse da terra estava concluída, podendo, então ser providenciada a documentação escrita que confirmasse a posse.

Era desde modo que uniam as referências do sagrado e do profano; onde a caminhada pela propriedade remete ao sagrado, portanto a ligação do homem com a natureza, o documento escrito remete ao profano, pois está ligada a racionalidade.

Conclusão

Com menos de um ano de pesquisa os resultados ainda são restritos, mas alguns resultados temáticos e outros de formação já se apresentam significativos. No âmbito temático, o desenvolvimento das leituras e resenhas certamente contribuiu na qualificação de nossos conhecimentos, e agora, a interpretação da documentação da Fazenda de Macacu está permitindo acesso tanto às práticas da Companhia de Jesus, ao processo colonizador na Capitania do Rio de Janeiro, mas também sobre a Época Moderna e os valores dos portugueses, como a articulação entre o sagrado e o profano.

Referências

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERNANDES, Eunícia B. Barcelos. *Futuros outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuítas e a colonização na América portuguesa*. tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Idéias, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2001.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

MATTOSO, José. *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, volume 3, 1997